

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

1.1. Justificativa e Objeto

O presente Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar decisão da Procuradoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Estado do Tocantins – MPTO quanto à reestruturação física do Auditório do Ministério Público, visando a torná-lo o mais funcional possível, com características e peculiaridades próprias que auxiliem na operacionalização das atividades desenvolvidas no local, melhorando a visualização dos conteúdos ali expostos em curso, palestras e audiências públicas por meio de um sistema de telão de LED.

Outrossim, a pretensa solução tem por objetivo estratégico assegurar a melhoria da ambientação do Auditório, com áudiovisual inovador, dinamizando e potencializando sua atuação finalística.

1.2. Requisitante

A solução da demanda é de interesse da Alta Administração do MPTO, por estar alinhada ao Planejamento Estratégico Institucional 2020-2029, sendo designada a Diretoria-Geral, com os departamentos que compõem sua estrutura administrativa para realizar os estudos preliminares de pesquisa, análise e levantamento de requisitos, visando a indicação da melhor solução para a necessidade delineada no item 1.1.

2. ALINHAMENTO À ESTRATÉGIA INSTITUCIONAL

A presente demanda está alinhada aos seguintes Objetivos Estratégicos do PEI-MPTO-2020-2029, no âmbito da perspectiva de Apoio e Gestão (Administração):

- * Melhorar os resultados da atuação finalística promovendo infraestrutura adequada;
- * Assegurar informação, inovação e tecnologias adequadas;

3. REQUISITOS PARA A CONTRATAÇÃO

A presente contratação será realizada por meio de Pregão Eletrônico, adotando como critério de julgamento o “menor preço”, ou regime estabelecido no Termo de Referência.

3.1. Requisitos de qualificação técnica:

Os concorrentes deverão apresentar Atestado(s) de Capacidade Técnico-operacional, que comprove(m) que a licitante tenha executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas similares às do objeto.

3.2. Requisitos de habilitação fiscal e trabalhistas:

A Contratada deverá apresentar documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme: a) prova de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual; c) prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei; d) prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei. e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.3. Requisitos das cumprimentos de normas ambientais:

A contratada deverá planejar e estabelecer objetivos e processos necessários para atingir os resultados em concordância com a Política Ambiental desta Instituição e posteriormente, durante a execução de todos os serviços implementar todos os processos.

3.4. Requisitos da escolha e instalação dos equipamentos:

Os concorrentes deverão executar, fornecer e instalar aparelhos áudio visuais de ótima qualidade, de acordo com o especificado no Termo de Referência, novos e de primeiro uso.

3.5. Da garantia e entrega do objeto

A Contratada responsável pela execução das adequações deverá dar garantia contratual mínima de 12 (doze) meses a partir da data de Recebimento Definitivo dos equipamentos. A garantia legal consiste na prestação pela empresa de todas as obrigações previstas no Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078 de 11/09/1990, e alterações subsequentes).

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Foram analisadas contratações similares feitas por outros órgãos e entidades, por meio de consultas a outros editais (Edital Nº 458/2021-PRESIDÊNCIA/DIGER/DIADM/COLIC do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins e PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2021 da FUNDAÇÃO PARAENSE DE RADIODIFUSÃO - FUNTELPA), como objetivo de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem às necessidades da Administração, e as que foram identificadas foram incorporadas na contratação em análise.

Em busca da solução mais adequada para atender a demanda especificada no item 1.1 deste estudo, durante a pesquisa percebeu-se que para atender a demanda atual será necessário a modernização do auditório, que desde sua construção nunca passou por uma reformulação, a instalação de um telão de LED medindo 4x2 metros, e os aparelhos de sinal de vídeo HDMI necessários para seu funcionamento e operação, para melhor conforto visual dos membros, servidores e cidadãos que participam dos cursos, palestras e audiências públicas no referido auditório.

5. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

5.1. Para o Equipamentos Eletrônicos

Telão de Led P3 Indoor 4x2m R\$ R\$ 98.000,00

Extensor Hdmi 50 Metros Cat5 Cat6 Full Hd – Ativo R\$ 4.896,00

Switch/Splitter Matrix 4x4 HDMI 2.0 3d full HD R\$ 3.610,00

TOTAL R\$ 106.506,00

6. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

Deverá ser feita telão de LED medindo 4x2 metros. Em razão da opção de instalarmos um telão de LED no fundo do palco, para a exibição das mais variadas mídias durante os eventos que são realizados no Auditório do Prédio sede da Procuradoria, a contratação para aquisição desses equipamentos deverá ser feita através de uma empresa especializada no ramo, assim fornecendo o melhor equipamento possível, com instalação adequada e perfeito funcionamento.

7. DEMOSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Além das necessidades a serem atendidas, destacadas no item 1 deste ETP, as adequações e a ampliação do palco possibilitará o alcance de melhores condições áudio visual durante eventos, capacitações, apresentações e audiências públicas, sejam eles presenciais ou gravados.

Sendo assim, os benefícios diretos e indiretos estão essencialmente relacionados com a qualidade do ambiente de trabalho, permitindo uma organização eficiente, facilitando os processos de trabalho com o atendimento às normas de ergonomia, acústica e visual.

8. IMPACTOS AMBIENTAIS

A presente aquisição não possui relevantes impactos ambientais e não serão feitas exigências adicionais, contudo deverão ser observados os seguintes requisitos ambientais:

- a) as empresas contratadas deverão adotar as práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, conforme previsto em lei;
- b) os equipamentos ofertados devem ser produzidos por fabricantes compromissados com o meio ambiente, que mantenham programa continuado de sustentabilidade ambiental, e que além de se enquadrarem no disposto nos itens anteriores, comprovem que cumprem a legislação ambiental pertinente ao objeto da aquisição;
- c) de acordo com o art. 7º, XI, n. 12.305/2010- que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, a contratada deve ofertar produtos que sejam acondicionados em embalagens recicladas ou recicláveis, de papelão ou de plástico à base de etanol de cana-de-açúcar (se for o caso).

9. ANÁLISE DE RISCOS

Os riscos a seguir foram identificados considerando o processo de contratação para execução do objeto de contratação constante no presente estudo técnico preliminar, visando a adequação do Auditório do Ministério Público do Estado do Tocantins.

Para cada risco que possa comprometer o sucesso do projeto, serão definidas: a) ações preventivas, com o objetivo de reduzir ou eliminar as chances de ocorrência dos eventos relacionados a cada risco; b) ações de contingência a serem adotadas quando da concretização do risco; e c) os responsáveis pela execução das referidas ações.

9.1 Identificação dos principais riscos do processo de aquisição dos equipamentos:

1. Atraso na entrega de documentação por parte das empresas proponentes;
2. Atraso no cronograma de execução por parte da contratada;
3. Problemas de comunicação durante o processo de execução do objeto;
4. Indisponibilidade de mercado para o fornecimento das matérias-primas necessárias a execução do objeto;

9.2 Mensuração das probabilidades de ocorrência e dos danos potenciais: A mensuração dos riscos e suas respectivas probabilidades de ocorrência será classificada como baixa, média e alta, bem como a previsão de eventuais danos gerados, ações preventivas e ações de contingência serão apresentados conforme tabela a seguir:

MENSURAÇÃO DOS RISCOS E PROBABILIDADES DE SUA OCORRÊNCIA

Mensuração do risco	Probabilidade de ocorrência	Dano(s) potencial(is)	Ação preventiva	Ação de contingência	Responsável (is) pela ação de prevenção e procedimentos de contingência
1- Atraso na entrega de documentação por parte das empresas proponentes	BAIXA	Atraso no início da execução do contrato	Acompanhar e notificar a empresa para o cumprimento da entrega de documentação dentro dos prazos estabelecidos;	Estipular prazo complementar para apresentação da documentação exigida para a contratação e, se a entrega não for realizada, notificar administrativamente;	Setor de Compras
2- Atraso na entrega do equipamento por parte da contratada	MÉDIA	Postergação indesejada do uso do Auditório; desgaste político Institucional	Fazer cumprir, a rigor, cada etapa do cronograma de execução	Realizar acompanhamento de cada fase a ser implementada	Fiscal do Contrato
3- Problemas de comunicação durante o processo de execução do objeto	BAIXA	Instalação inadequada dos equipamentos ou atraso no início da instalação.	agendar reuniões periódicas para alinhamento das ações relativas à instalação dos equipamentos	Restabelecer os planos de comunicação entre os responsáveis das partes envolvidas e exigir o cumprimento deste plano através de notificação administrativa	Fiscal do Contrato
4- Indisponibilidade de mercado para o fornecimento dos equipamentos contratados	MÉDIA	Inviabiliza a implantação das melhorias dos ambientes	Realizar levantamento prévio com as empresas fornecedoras dos produtos especificados em projeto no mercado local e nacional	Solicitar junto à contratada a aquisição dos materiais necessários com a maior brevidade possível, após a assinatura do contrato, haja vista os efeitos da pandemia no mercado mundial.	Fiscal do Contrato

10. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Considerando os elementos obtidos nestes estudos preliminares, avalia-se a formalização dos processos para posterior licitação como VIÁVEL, e necessária para atender as demandas na adequação do Auditório, conforme já exposto neste documento.

11. DA REALIZAÇÃO DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

Os projetos e análises mercadológicas que subsidiaram o presente estudo técnico foram elaborados pela Assessoria Técnica de Arquitetura e Engenharia da Procuradoria-Geral de Justiça.



Documento assinado eletronicamente por **Fernando Antonio Garibaldi Filho**, Assessor Técnico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CESAF, em 01/09/2022, às 10:21, conforme art. 33, do Ato PGJ nº 120, de 06 de novembro de 2019.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpto.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0174640** e o código CRC **FEE7D8A3**.

19.30.1340.0000933/2022-46

Quadra 202 Norte, Av. LO 4, Conj. 1, Lotes 5 e 6, Plano Diretor Norte, CEP: 77006-218, Palmas/TO.
Telefone: (63) 3216-7600